

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração e aos Acionistas do
A AZUMI DTVM LTDA. (“Distribuidora”).

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da A AZUMI DTVM LTDA. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AZUMI DTVM LTDA. (“Distribuidora”). em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da AZUMI DTVM LTDA. (“Distribuidora”) é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau-SC, 16 de setembro de 2022.

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 "S" SP

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP
Juliano dos Santos Machado – Sócio
Contador – CRC/PR – 051.229/O-8 "S" SP

AZUMI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA

CNPJ(ME) 40.434.681/0001-10

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2022 e 2021 e 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

A T I V O	NE	30/06/22	31/12/21
CIRCULANTE		1.715	855
DISPONIBILIDADES	4	-	100
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.620	751
Títulos e valores mobiliários	5.1	-	1
Relações interfinanceiras	5.2	1.618	750
Negociação e intermediação de valores		2	-
OUTROS ATIVOS		95	4
Outros créditos - Diversos		45	4
Despesas antecipadas		50	-
NÃO CIRCULANTE		58	23
IMOBILIZADO DE USO		24	23
Outras imobilizações de uso		24	24
(Depreciações acumuladas)		-	(1)
INTANGÍVEL		34	-
Ativos Intangíveis		36	-
(Amortização acumulada)		(2)	-
TOTAL DO ATIVO		1.773	878

AZUMI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA

CNPJ(ME) 40.434.681/0001-10

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2022 e 2021 e 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

P A S S I V O	NE	30/06/22	31/12/21
CIRCULANTE		2.679	275
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.097	-
Depósitos	6.1	1.097	-
OUTROS PASSIVOS		1.582	275
Fiscais e previdenciárias		25	11
Diversas	7.1 e 8	1.557	264
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(906)	603
Capital:		3.000	2.250
De Domiciliados no país	10.1	3.500	2.500
(Capital a realizar)		(500)	(250)
(Prejuízos acumulados)	10.3	(3.906)	(1.647)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.773	878

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AZUMI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA

CNPJ(ME) 40.434.681/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findos em 30 de junho de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

	NE	30/06/22	30/06/21
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		29	13
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		29	13
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		29	13
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(2.288)	(192)
Receitas de prestação de serviços		884	-
Despesas de pessoal		(295)	(12)
Outras despesas administrativas	11	(2.721)	(175)
Despesas tributárias		(155)	(5)
Outras receitas operacionais		1	-
Outras despesas operacionais		(2)	-
RESULTADO OPERACIONAL		(2.259)	(179)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	12	(2.259)	(179)
PREJUÍZO LÍQUIDO DOS SEMESTRES		(2.259)	(179)
Nº de cotas.....:		3.500.000	1.500.000
Prejuízo por mil cotas R\$		(645,34)	(119,52)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AZUMI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA

CNPJ(ME) 40.434.681/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findos em 30 de junho de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

	30/06/22	30/06/21
RESULTADO LÍQUIDO DOS SEMESTRES	(2.259)	(179)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(2.259)	(179)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AZUMI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA

CNPJ(ME) 40.434.681/0001-10

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findos em 30 de junho de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

	Semestre de 01/01/22 a 30/06/22		
	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/22	2.250	(1.647)	603
Aumento de capital	750	-	750
Prejuízo líquido do semestre	-	(2.259)	(2.259)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/22	3.000	(3.906)	(906)
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	750	(2.259)	(1.509)

	Semestre de 01/01/21 a 30/06/21		
	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/21	-	-	-
Aumento de capital	1.500	-	1.500
Prejuízo líquido do semestre	-	(179)	(179)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/21	1.500	(179)	1.321
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	1.500	(179)	1.321

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AZUMI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA

CNPJ(ME) 40.434.681/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findos em 30 de junho de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

	1º-SEM-22	1º-SEM-21
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido dos semestres	(2.259)	(179)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	2	-
	<u>(2.257)</u>	<u>(179)</u>
Varição de Ativos e Obrigações	1.405	(1.297)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(869)	(1.347)
(Aumento) redução de outros ativos	(91)	(1)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	1.097	-
Aumento (redução) em outros passivos	1.268	51
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(852)</u>	<u>(1.476)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienações de:		
Imobilizado de uso	23	-
Inversões em:		
Imobilizado de uso	14	-
Inversões líquidas no intangível	(35)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>2</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela integralização de capital	750	1.500
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>750</u>	<u>1.500</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(100)</u>	<u>24</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	100	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	-	24

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A **AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** (“Distribuidora”), sediada na Rua Rubens Gomes Bueno, nº 691, Torre Alpha, conjunto 131, Várzea de Baixo, cidade e estado de São Paulo, tributada pelo Lucro Real e constituída por tempo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 18 de janeiro de 2021, e tem como objeto social: a) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; b) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; c) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência; d) encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; e) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; f) exercer funções de agente fiduciários; g) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; h) constituir sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; i) realizar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros; j) operar em bolsas de mercadorias e futuros, por conta própria e de terceiros; k) prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; l) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020.

Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central por meio da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da demonstração do resultado abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, quando aplicável, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil/financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) – Resolução nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
- CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;

AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

- CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº3.750/09;
- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº3.939/11;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 – Evento subsequente – homologada pela Resolução CMN nº3.973/11;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº4.535/16;
- CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº4.424/15, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016;
- CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Circular CMN 3.959/19;
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CFC NBC TG 46 (R1).

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo Bacen, e se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 29 de julho de 2022.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.

3.2. Disponibilidades

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades em moeda nacional e aplicações em renda fixa de liquidez com conversibilidade imediata ou cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I. Títulos para negociação;
- II. Títulos disponíveis para venda;
- III. Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existem intenção e capacidade da Distribuidora de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” são demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidos no resultado do período.

Os títulos classificados como “títulos para negociação”, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/01.

3.4. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

3.5. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular nº 3.429/10 e na Resolução Bacen nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- **Ativos contingentes**

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Passivos contingentes**

São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões**

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras, independente da probabilidade de perda.

3.5. Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear considerando as seguintes taxas de depreciação anuais: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens de uso.

AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

3.6. Intangível

São representados principalmente por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, considerando a taxa anual de 20% a.a.

3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*"impairment"*), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do período as eventuais perdas apuradas.

No período findo em 30 de junho de 2022, não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.8. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

3.9. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A Distribuidora não possui resultados não recorrentes que devem ser divulgados nas demonstrações financeiras ou suas notas explicativas.

4. Disponibilidades

Em 30 de junho de 2022 não havia saldo de disponibilidades em 31 de dezembro de 2021 as disponibilidades estão representadas por depósitos bancários no montante de R\$ 100.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2022 não havia saldo referente a títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2021 os títulos e valores mobiliários estão classificados como **"Títulos para Negociação"**, conforme abaixo mencionado:

Papel	31/12/2021				
	Vencimento	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva
Carteira Própria					
Certificado de Depósito Bancário					
– Banco Bradesco	11/12/2023	-	1	1	1
Total	-	-	1	1	1

AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

5.2 Relações interfinanceiras

	30/06/2022	31/12/2021
Créditos vinculados ao Banco Central		
Deposito para capital	500	750
Deposito de depósito de moeda eletrônica – SELIC	1.118	-
Total	1.618	750

6. Instrumentos Financeiros

6.1. Depósitos

	30/06/2022	31/12/2021
Conta de pagamento pré-paga		
Carteira de clientes AG:1	330	-
Carteira de clientes AG:2	767	-
Total	1.097	-

7. Outros passivos

7.1. Diversos

	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações aquisição de bens e direitos	39	-
Despesas de pessoal	37	13
Outras despesas administrativas	94	1
Sociedades ligadas	875	-
Credores diversos – país (ver nota explicativa 8)	512	250
Total	1.557	264

8. Partes relacionadas

No semestre encerrado em 30 de junho de 2022 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Distribuidora possuía um saldo a pagar de sociedade ligada referente ao aumento de capital em 09 de dezembro de 2021 e 10 de maio de 2022, conforme tabela abaixo:

	30/06/2022	31/12/2021
AZUMI PARTICIPAÇÕES LTDA	500	250
Total	500	250

9. Ativos e passivos contingentes

9.1. Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2022, não foram reconhecidos contabilmente quaisquer ativos contingentes. A Distribuidora não possui quaisquer ativos contingentes.

9.2. Passivos contingentes

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. No período encerrado em 30 de junho de 2022, não havia processos com perda de risco provável e possível, de acordo com os assessores

AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

jurídicos.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital social é de R\$ 3.500,00 (R\$ 2.500,00 em 31 de dezembro de 2021) representado por 3.500.000 (2.500.000 em 31 de dezembro de 2021) quotas, totalmente subscrito por cotistas domiciliados no país, com um saldo de R\$ 500 a integralizar.

Em 25 de outubro de 2021, conforme 3º alteração contratual foi deliberado o aumento de capital de R\$ 1.500 para R\$ 2.000, mediante emissão de 500.000 novas quotas. Esse aumento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil em 11 de janeiro de 2022.

Em 09 de dezembro de 2021, conforme 4º alteração contratual foi deliberado o aumento de capital de R\$ 2.000 para R\$ 2.500, mediante emissão de 500.000 novas quotas. Esse aumento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil em 09 de fevereiro de 2022.

Em 10 de maio de 2022, conforme 5º alteração contratual foi deliberado o aumento de capital de R\$ 2.500 para R\$ 3.500, mediante emissão de 1.000.000 novas quotas. Esse aumento está em processo de autorização pelo Banco Central do Brasil.

10.2. Reservas

Essa rubrica é composta pelos saldos das reservas “Legal” e “Especial de Lucros”. Com o objetivo de garantir a integridade do capital social e do lucro líquido apurado, são destinados 5% para constituição da “Reserva legal”, que não excederá 20% do capital social. O lucro remanescente, após constituição da “Reserva legal”, é destinado à constituição da “Reservas especiais de lucros”, permanecendo nessa condição até que os cotistas deliberem por sua destinação.

No exercício não foram destinadas reservas, devido ter apresentado resultado de prejuízo no montante de R\$ 2.259.

10.3. Prejuízos acumulados

Em 30 de junho de 2022 a distribuidora possuía um total de R\$ 3.906 (R\$ 1.647) de prejuízos acumulados, e por este motivo o saldo do Patrimônio Líquido encontra-se a descoberto no valor de R\$ 906.

11. Outras despesas administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Serviços técnicos especializados	(1.056)	(101)
Serviços sistema financeiro	(8)	-
Processamento de dados	(1.138)	(46)
Aluguéis	(227)	-
Condomínio	(124)	(17)
Diversas	(168)	(11)
Total	(2.721)	(175)

12. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

30/06/2022 30/06/2021

AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(2.259)	(179)
Adições (exclusões) de despesas não dedutíveis ou receitas não tributáveis	58	1
Base de cálculo	(2.201)	(178)
Contribuição social – 15%	-	-
Imposto de renda – 15%	-	-
IRPJ – 10% parcela adicional	-	-
Total de despesas de imposto de renda e contribuição social	-	-

Em 30 de junho de 2022, a Distribuidora tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 2.201 não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 3.059/2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355/2006, nº 4.192/2013 e nº 4.441//2015 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular nº 3.776 do Bacen não terem sido atendidos.

13. Gerenciamento de risco

A Gestão de Riscos na Distribuidora conta com quatro frentes de atuação: gestão de risco de mercado, operacional, liquidez e crédito. A gestão de risco é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

a) Risco de mercado

A Gestão de riscos de mercado implica no monitoramento e a revisão das taxas de juros relacionada às atividades de transferência de valores, por aprovar contrapartes, designar taxas de risco internas e estabelecer limites de remessas. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

b) Risco operacional

A natureza dos negócios da Distribuidora é caracterizada por um pequeno número de operações diárias e depende de seus sistemas de processamento de dados e de tecnologias operacionais. A Gestão de risco operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas. A Distribuidora revisa periodicamente os controles internos e procedimentos, adequando quando necessário de modo a minimizar possibilidades de erros ou falhas nos processos internos.

c) Risco de liquidez

É gerenciado de forma a manter a capacidade de liquidação das obrigações por pagamentos e retenção de ativos de alta qualidade e liquidez contra situações de crise e, portanto, estabelecer uma estrutura sólida tanto financeira quanto operacional. A Distribuidora administra o risco de liquidez utilizando vários métodos tais como: testes de stress, descasamento de vencimentos e limite mínimo de disponibilidades.

d) Risco de crédito

Entende-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Distribuidora está preparada para identificar, mensurar, controlar e definir ações para mitigação dos riscos associados aos créditos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

14. Acordo de Basiléia (limite operacional) – Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (“PR”) compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.193/13, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), e entram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar

AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais.

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 05 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 30 de junho de 2022 foi de -16,66%.

15. Responsabilidades e compromissos

A Administração não presta garantias e compromissos a terceiros.

16. Outros assuntos

COVID-19

A Empresa continua seguindo todas as orientações de prevenção à Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e vem mantendo as medidas para mitigar o risco de transmissão da Covid-19 nos locais de trabalho. Embora a pandemia ainda esteja ativa, as restrições impostas pelas autoridades brasileiras começaram aos poucos a serem flexibilizadas, e neste contexto consideramos que os efeitos da pandemia na economia global e no Brasil já iniciaram um processo de dissipação. Até o presente momento, a Empresa não identificou impactos significativos em suas operações, mantendo as previsões dos seus serviços.

17. Eventos subsequentes

Em 20 de julho de 2022 o Banco Central do Brasil autorizou o aumento de capital R\$ 2.500 para R\$ 3.500, mediante emissão de 1.000.000 novas quotas de 10 de maio de 2022.

* * *

A Diretoria

Reinaldo Dantas
Contador CRC - 1SP 110330/O-6